



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 181404-8/01 - Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Paraty Atacado e Distribuidora Ltda.

5325

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. ICMS. IMPORTAÇÃO DE ALPISTE DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. ISENÇÃO. RECURSO IMPROVIDO SEM DISCREPÂNCIA DE VOTOS. 1. A tese sustentada pelo Recorrente não encontra guarida nesta Corte Estadual, a qual possui entendimento sedimentado no sentido de que o alpiste é utilizado na forma *in natura* como ração para aves, bem como serve como ingrediente (composto) na preparação de vários outros tipos de rações animais, razão pela qual se encontra abarcado pela aludida isenção tributária, nos moldes do art. 9º, IV, alínea "d", do Decreto Estadual nº 14.876/91. 2. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 181404-8/01, em sessão realizada no dia ____ de ____ de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



23
075

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 181404-8/01 - Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravado: Paraty Atacado e Distribuidora Ltda.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que, com espeque no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao Agravo de Instrumento em apenso para reconhecer em favor da empresa ora agravada o direito à isenção do ICMS relativo ao alpiste importado de país signatário do GATT, bem como para liberar a mercadoria apreendida.

Em suas razões recursais, de fls. 02/14, aduz o agravante, em suma, que o alpiste importado não tem como similar a ração animal, posto que, de acordo com a legislação tributária de regência, é simples ingrediente utilizado na fabricação de rações, concentrados e suplementos, não podendo, portanto, gozar da isenção de ICMS.

Requer ao final, que essa relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 8ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



24
096

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 181404-8/01 - Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravado: Paraty Atacado e Distribuidora Ltda.

VOTO

Como cediço, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT, do qual o Brasil é signatário, de aplicação autorizada ao Poder Executivo pela Lei nº 313, de 30 de julho de 1948, assegura tratamento fiscal igualitário entre o produto nacional e o estrangeiro proveniente de países signatários do acordo, quando entre eles houver similaridade.

O tratamento fiscal favorecido, contudo, depende daquilo que dispuser a norma tributária do país signatário para o seu implemento, assim, se o produto goza, nas operações internas, de isenção, redução de alíquota ou base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, o mesmo tratamento fiscal deve ser dispensado à mercadoria similar importada.

Por outro lado, se o produto nacional não goza de qualquer desses benefícios fiscais, não se poderá concedê-lo ao produto estrangeiro, sob pena de estabelecer-se um privilégio à importação em detrimento da produção e do mercado nacional.

No caso em apreço, alega o Estado agravante que o alpiste não está incluído na lista taxativa dos produtos utilizados na fabricação de ração animal que gozam da isenção referida na legislação estadual.

Não pode prosperar a sobredita alegação, senão vejamos.

A tese sustentada pelo Recorrente não encontra guarida nesta Corte Estadual, a qual possui entendimento sedimentado no sentido de que o alpiste é utilizado na forma *in natura* como ração para aves, bem como serve como ingrediente (composto) na preparação de vários outros tipos de rações animais, razão pela qual se encontra abarcado pela aludida isenção tributária, nos moldes do art. 9º, IV, alínea "d", do Decreto Estadual nº 14.876/91.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

É o que tem decidido, reiteradamente, este Sodalício Estadual, como se pode observar através dos arestos adiante ementados:

TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. ICMS. INCIDÊNCIA SOBRE O ALPISTE IMPORTADO. ISENÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1.O alpiste, embora possa vir adicionado a ingredientes, presta-se, isoladamente, ao consumo pelas aves como ração, fato de notoriedade que extravasa os círculos especializados em ornitologia. 2.Assim, o alpiste é utilizado na forma in natura como ração para aves, bem como serve de ingrediente (composto) na preparação de vários outros tipos de rações, razão pela qual, entendo pela sua isenção tributária, nos moldes do art. 9º, inciso IV, alínea "c", do Decreto Estadual nº 14.876/91. 3.Enunciado e diversos precedentes da Corte local, razão que não considero vulnerados os arts. 5º, LXIX, da CF; 2º da Lei nº 8.085/90; 19 do Decreto-Lei nº 37/66 c/c 193 do Decreto nº 4.543/02; 9º, XIII, "c" e "e", do Decreto nº 14.976/91; Decretos nºs 15.573/92, 17.229/94 e 17.424/94; Convênios nºs 44/75, 8/90, 124/93 e 111 do CTN. 4.À unanimidade, negou-se provimento ao recurso (RA 93137-1/01, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 2/4/2009).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ICMS. ISENÇÃO NAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO DE ALPISTE ORIUNDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. 1. A jurisprudência dominante dos tribunais superiores aponta para a garantia de reciprocidade, estampada no GATT, para os produtos similares dos países signatários. 2. O alpiste se inclui no conceito de suplemento fixado pelo regulamento, eis que se cuida de ingrediente capaz de suprir a ração, nos termos prescritos pelo art. 9º, § 3º, III do RICMS. Precedentes. 3. Agravo de instrumento improvido, por unanimidade, prejudicado o agravo regimental em apenso (AI 147452-6, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, DJ 7/2/2008).

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator